



Douglas Silva do Prado: Graduado em História pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Especialista em Educação Especial pela Faculdade de Ampère (FAMPER). Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT) – Instituição Associada Instituto Federal do Paraná (IFPR). Atua como Professor de História na Secretaria Estadual de Educação do Paraná e como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas.

Primera forma institucionalizada para formação profissional de professores primários no Brasil, as Escolas Normais começaram a ser criadas no país no século XIX, durante o Período Imperial.

Essas instituições refletiram os objetivos políticos e econômicos desse período, contribuindo para o projeto de desenvolvimento social almejado pelos setores e classes dominantes naquela época. Tiveram uma trajetória incerta devido as condições de manutenção dos cursos, sendo marcadas por precariedades estruturais e descontinuidades de funcionamento.

As Escolas Normais acompanharam as mudanças sociais, políticas e econômicas que aconteceram no país, configuraram-se de acordo com as exigências do mercado de trabalho e viram, a partir da mudança de seu público, que passou de exclusivamente masculino para prioritariamente feminino, as características da formação e da profissão docente transformarem-se.

Este livro, produto educacional resultante de pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), mostra, de maneira simples e didática, algumas características das primeiras Escolas Normais no Brasil entre 1835, com a criação da primeira instituição desse tipo em Niterói, Capital da Província do Rio de Janeiro na época, e 1889, com o fim do Período Imperial no país.

Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889)
Douglas Silva do Prado

DOUGLAS SILVA DO PRADO



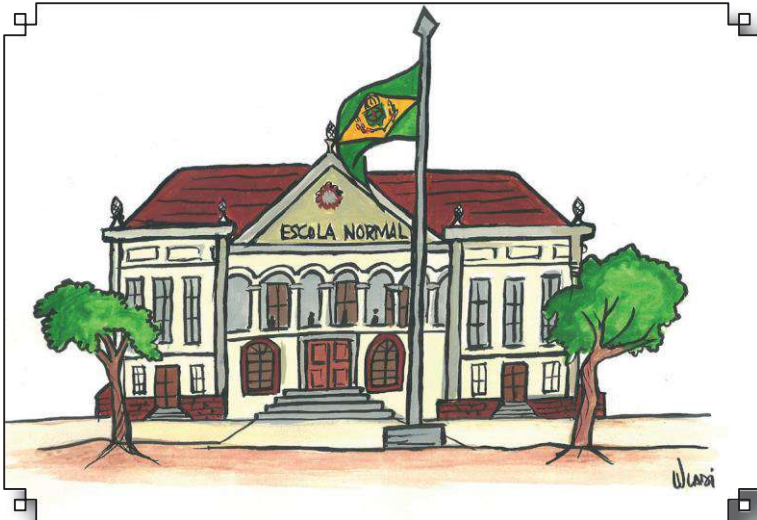
ESCOLAS NORMAIS no Brasil no Período Imperial (1835- 1889)



A formação de professores primários no Brasil através das Escolas Normais teve início no Período Imperial, com a criação da Escola Normal de Niterói, na Província do Rio de Janeiro, em 1835. Deste ano até 1889, quando o país passou a ser regido por um Regime Republicano, foram implantadas vinte e uma Escolas Normais nas diversas Províncias do Império.

Mesmo sendo criadas em regiões distintas do território nacional essas instituições compartilharam algumas características e tiveram, em geral, um percurso histórico parecido. Faz-se importante conhecer tais características, pois esse conhecimento contribui para o entendimento da formação e da profissão docente nos dias atuais.

Douglas Silva do Prado



ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL NO PERÍODO IMPERIAL (1835- 1889)

**ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL NO PERÍODO
IMPERIAL (1835- 1889)**

Autor: Douglas Silva do Prado

Orientadora: Michele Rosset

Coorientador: Irineu Mario Colombo

Ilustração: Wladimir L. Gomes

Projeto Gráfico e Diagramação: Ana Paula Cunha

**Dados da Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Paraná
Biblioteca do Campus Curitiba**

P896e Prado, Douglas Silva do.
Escolas Normais no Brasil no Período Imperial
(1835-1889) / Douglas Silva do Prado;
orientadora, Michele Rosset. – Curitiba: Instituto
Federal do Paraná, 2020. - 89 p.: il. color.

1. Educação - História. 2. Escolas Normais.
3. Império - Brasil. I. Rosset, Michele. II. Título.

CDD: 23. ed. - 370

Verdades da profissão de professor

Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores.

Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados.

Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho.

[...]

Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

Paulo Freire

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I	
SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL	11
Mas Por que Implantar Escolas Normais no Brasil?.....	19
CAPÍTULO II	
CARACTERÍSTICAS DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NOR- MAIS DO BRASIL.....	23
As Instalações	23
Crêterios de Seleção de Candidatos às Cadeiras das Escolas Normais	26
O Público da Primeiras Escolas Normais do Brasil	28
Negros e Escravos.....	30
Mulheres.....	32
Professores atuantes no Magistério Primário Público e sem formação	33
Jovens Órfãos	34
Bolsas de Estudos Para Cursar as Escolas Normais.....	35
Separação Espacial e Educacional Entre os Sexos.....	37

Instabilidade de Funcionamento das Escolas Normais no Período Imperial.....	40
---	----

CAPÍTULO III

CURRÍCULOS E MÉTODOS DE ENSINO ADOTADOS NAS ESCOLAS NORMAIS DURANTE O PERÍODO IMPERIAL NO BRASIL 45

Currículo das Escolas Normais de 1835 a 1850.....	50
---	----

Currículo das Escolas Normais de 1850 a 1889.....	53
---	----

Currículos distintos para ambos os sexos	57
--	----

CAPÍTULO IV

CRESCER O NÚMERO DE MULHERES NOS BANCOS DAS ESCOLAS NORMAIS E NAS CADEIRAS DO MAGISTÉRIO.61

Papel Social da Mulher no Século XIX.	61
--	----

A Formação Feminina nas Escolas Normais no Período Imperial.63	
--	--

Fatores que Estimularam o Aumento do Ingresso das Mulheres nas Escolas Normais e no Magistério Primário Durante o Período Imperial.....	64
---	----

Mudanças Advindas Com o Aumento da Presença das Mulheres nas Escolas Normais e no Magistério Primário Durante o Período Imperial.	71
--	----

CONCLUSÃO	73
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	76
--------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

A proposta deste material é sintetizar as características das Escolas Normais no Brasil durante o Período Imperial, buscando estabelecer, por meio da comparação, uma relação geral entre as primeiras vinte e uma instituições de formação de professores primários criadas no país entre 1835 e 1889.

Tratamos aqui dos caminhos trilhados por esta instituição escolar a partir de uma visão que considera as relações sociais, políticas e de produção como decisórias das configurações da formação docente em nível secundário para atuação no magistério primário.

Este material é produto educacional proveniente de pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) - Instituto Federal do Paraná Campus Curitiba.

O livro está dividido em quatro partes:

Na primeira são expostas razões e objetivos para a implantação das Escolas Normais no Brasil durante o Período Imperial e as relações entre a formação de professores primários, as demandas do mercado de trabalho e os anseios políticos e sociais das classes dominantes na época.

Na segunda parte pontuam-se aspectos físicos e estruturais das primeiras vinte e uma Escolas Normais criadas nas Províncias do país, o público destas escolas, os critérios de

seleção de estudantes para ingresso e sua organização no espaço escolar.

Na terceira parte aborda-se os currículos das Escolas Normais, os conteúdos estabelecidos, as mudanças que ocorreram neles ao longo do período tratado e as distinções que haviam entre a formação do sexo masculino e feminino.

A última parte é destinada a explicar o processo de ingresso das mulheres nas Escolas Normais e na docência do magistério primário, suas causas e as transformações ocorridas na profissão quando esta se tornou prioritariamente feminina.

Pretende-se que este material contribua para o estudo e entendimento sobre a História das Escolas Normais no Brasil, servindo como meio para comparação da realidade dessas instituições no Período Imperial e a que se vive nos dias atuais.

Informamos que as notas sobrescritas referem-se às fontes consultadas para a produção do texto, estas encontram-se identificadas ao final do livro como referências.

INTRODUÇÃO

A criação de Escolas Normais, durante o Período Imperial, foi a primeira ação para a institucionalização da formação de professores no Brasil⁴⁶. Esse processo, iniciado no século XIX, durante o Período Imperial, colaborou para atribuir caráter profissional à função docente, diminuindo, aos poucos, a atuação de professores leigos, que até aquele momento era quase que exclusiva na educação do país.

A formação de professores primários no Brasil já conta com mais de cento e oitenta anos de História, desde a abertura da primeira Escola Normal do país em 1835, em Niterói, Capital da Província do Rio de Janeiro, até os dias de hoje. Esta trajetória é marcada por inúmeras transformações nas configurações do curso e na estruturação das instituições que o ofertam.

O percurso percorrido pelas Escolas Normais durante o Período Imperial no Brasil, que faz-se recorte histórico desta produção, foi de cinquenta e quatro anos, entre 1835 e 1889, nos quais os interesses políticos, sociais e econômicos influenciaram diretamente na formação de professores primários. Via-se a formação do professor como um meio importante para promover os objetivos das classes dominantes, que pretendiam controlar, ordenar e disciplinar o povo, criando no país uma nação civilizada e desenvolvida, nos moldes dos países europeus da época⁴⁶.

Além disso a formação docente nas Escolas Normais associava-se com as necessidades do mercado de trabalho daquele período. Era essencial habilitar professores primários que, por sua vez, formariam os novos trabalhadores que as mudanças sociais, políticas e, principalmente econômicas, exigiam.

Entender como ocorreram as implantações, as influências e transformações das Escolas Normais do Brasil no Período Imperial faz-se muito importante para a compreensão das instituições escolares, da formação do magistério primário e da própria História da Educação no país. Esse conhecimento atribui prestígio e admiração ao papel social do professor e colabora para cultivar e enaltecer o respeito à profissão.

CAPÍTULO I

SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL

Foi a partir do Ato Adicional à Constituição de 1824, Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834, que se deu o primeiro passo para a criação das Escolas Normais no Brasil. Entre outras coisas, esta Lei estabeleceu que cada Província passaria a ser responsável política e economicamente pela organização de seu sistema educacional primário, secundário e pela formação de seus professores³³.

Considerando que as diversas Províncias do Brasil na época apresentavam inúmeras diferenças geográficas, culturais, políticas, ideológicas e econômicas, o processo de descentralização administrativa imposta pelo Ato Adicional causou uma distinção nas formas de tratar as questões educacionais. Isso refletiu o desenvolvimento desigual das Escolas Normais e da formação de professores em cada região do país.

PARA PENSAR:

No Brasil, nos dias de hoje, o tratamento das questões educacionais se dá de forma centralizada ou descentralizada? Existe apenas um órgão que rege a educação no país ou será que cada Estado, cidade ou escola tem autonomia para a tomada de decisões?



Em 1835 o Brasil viu ser criada e instalada sua primeira Escola Normal em Niterói, Capital da Província do Rio de Janeiro naquela época. Esta instituição era destinada à formação inicial daqueles que pretendiam ingressar no magistério primário e também daqueles que já atuavam como professores, mas que não haviam sido habilitados em instituições e cursos profissionais para o desempenho da função⁸.

A Escola Normal de Niterói foi apenas a primeira a surgir no Brasil durante o Período Imperial. Logo outras instituições do mesmo tipo foram sendo implantadas em outras regiões do país¹¹.

O quadro abaixo ilustra a criação das vinte e uma primeiras Escolas Normais nas capitais provinciais:

Criação de Escolas Normais nas Províncias do Brasil Império				
CIDADE	UNIDADE FEDERATIVA (PROVÍNCIA)	ANO DE CRIAÇÃO		DURAÇÃO DO CURSO
		Lei	Abertura	
Niterói	Rio de Janeiro	1835	1835	3 anos
Ouro Preto	Minas Gerais	1835	1840	2 anos
Salvador	Bahia	1836	1842	2 anos
Cuiabá	Mato Grosso	1837	1842	3 anos
São Luís	Maranhão	1840	1840	2 anos
São Paulo	São Paulo	1846	1846	2 anos
Teresina	Piauí	1864	1864	2 anos
Recife	Pernambuco	1864	1865	2 anos
Maceió	Alagoas	1864	1869	2 anos
Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1869	1869	2 anos
Curitiba	Paraná	1870	1870	2 anos
Belém	Grão-Pará	1870	1871	3 anos
Aracajú	Sergipe	1870	1871	2 anos
Vitória	Espírito Santo	1873	1873	2 anos
Natal	Rio Grande do Norte	1873	1874	2 anos
Manaus	Amazonas	1876	1876	3 anos
Fortaleza	Ceará	1878	1884	3 anos
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1880	1880	4 anos
Florianópolis	Santa Catarina	1880	1880	3 anos
João Pessoa	Paraíba	1883	1885	2 anos
Goiânia	Goiás	1882	1884	3 anos

Adaptado de ARAÚJO, FREITAS e LOPES, 2017, p. 13.

É observável pelo quadro que em várias Províncias o ano de criação em Lei e o ano de abertura e funcionamento das Escolas Normais não coincidiram. Além disso, em grande parte das regiões do país essas instituições só foram de fato criadas após muitas tentativas infrutíferas de implantação. As explicações para isso geralmente associam-se às dificuldades da época em se encontrar profissionais habilitados para assumirem a regência dessas escolas ou por questões estruturais, de espaço físico e de recursos financeiros para mantê-las.

Uma característica recorrente no processo de implantação das Escolas Normais no Brasil no Período Imperial foi o fato de que, em muitas Províncias, não haviam cidadãos devidamente capacitados para assumirem as regências dessas instituições. Isso obrigou os governos provinciais a enviarem pessoas para adquirirem a necessária formação em outros lugares, dentro ou fora do país⁹.

Foi o que aconteceu, por exemplo, nas Províncias do Mato Grosso e do Espírito Santo, que tiveram cidadãos encaminhados para adquirir a formação necessária na Escola Normal de Niterói. Depois de formados estes cidadãos voltaram às suas Províncias de origem e as Escolas Normais puderam ser implantadas sob sua regência.

Na Província do Rio Grande do Norte a primeira tentativa de criação de uma Escola Normal ocorreu em 1839, mas naquele momento ali também não existia ninguém habilitado para assumir a direção e as aulas da instituição. Mesmo com uma ajuda de custo de quinhentos mil réis, oferecida pelo governo, não houve nenhum candidato que se dispusesse a ir ao Rio de Janeiro estudar na Escola Normal de Niterói⁴.

Já os governos provinciais de Minas Gerais e do Maranhão enviaram professores à França para instruírem-se no método

de ensino em voga naquele momento: o Método Lancaster*. Quando eles retornaram, assumiram as cadeiras e a direção das Escolas Normais criadas nas respectivas províncias^{20 e 24}.

Os movimentos revolucionários que explodiram nas Províncias durante o Período Imperial, sobretudo na primeira metade do século XIX, também influenciaram na implantação de Escolas Normais no país. A Escola Normal da Bahia, por exemplo, teve seu funcionamento adiado pelo fato de ter sido criada, em lei, em um intervalo entre dois movimentos revolucionários: A Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837- 1838), ambos influenciados pelo Iluminismo e que tinham entre seus adeptos os professores²⁷.

No Rio Grande do Sul, em 1840, houve uma tentativa de se implantar uma Escola Normal, o que não foi possível, pois naquele período a Província estava envolvida na Guerra de Farrapos e não tinha condições financeiras para manter uma instituição desse tipo. Além disso toda a Instrução Pública da Província estava em estado de miséria, sendo que era preciso organizá-la novamente⁴⁸.

* O Método Lancaster, também conhecido como Método Mútuo de Ensino será abordado mais adiante, no Capítulo III.

PARA SABER MAIS

A Revolta dos Malês foi um movimento por libertação que ocorreu em Salvador- Bahia em 1835. Participaram aproximadamente 600 pessoas entre negros libertos e escravizados, dos quais a maioria eram muçulmanos. Os participantes pretendiam a libertação dos escravos muçulmanos e a liberdade de culto religioso. Este movimento foi delatado e as autoridades sufocaram a revolta. Malês era o termo utilizado no Brasil, na época, para designar os escravos que seguiam a fé islâmica.

A Sabinada, também ocorrida em Salvador, capital da Província da Bahia, entre 1837 e 1838 contou com a participação de integrantes da classe média local e de militares. As principais causas para essa revolta foram a insatisfação com relação a falta de autonomia das Províncias e a convocação obrigatória aos baianos para lutarem na Guerra de Farrapos que acontecia na Província do Rio Grande do Sul. Tinha caráter separatista e pretendia implantar uma República na Bahia. O movimento, que em 1838 foi reprimido pelo governo, ganhou esse nome devido a seu principal líder Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira.

A Guerra de Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, movimento civil mais longo da História do Brasil, aconteceu na Província do Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845. Foi organizada pela elite gaúcha que estava descontente com a cobrança, pelo governo, de altos impostos sobre produtos como o charque, o couro, o sebo e a erva mate. O movimento teve caráter separatista e os revoltosos implantaram a República Rio-Grandense. Teve fim em 1845 quando, já enfraquecidos, os revoltosos fizeram um acordo com o Governo Central do país. O território foi reintegrado e os revoltosos anistiados.

O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu na Europa no século XVII. Também conhecido como Século das Luzes, foi um período de renovação científica e cultural. Seus pensadores, chamados de Iluministas, defendiam o uso da razão sobre o da fé para explicar e solucionar os problemas da humanidade, posicionavam-se contra o Antigo Regime e defendiam maior liberdade política e econômica. As ideias iluministas contribuíram para mudanças sociais, políticas e econômicas em todo o mundo, influenciando inclusive nos movimentos sociais ocorridos no Brasil que acabamos de ver.

A primeira tentativa de criação de uma Escola Normal no Ceará aconteceu em 1837, contudo, em virtude da alegada falta de recursos financeiros na Província, isso não se efetivou. A Escola Normal do Ceará só foi estabelecida em 1881 e iniciou seu funcionamento apenas em 1884, anexa ao Liceu na Capital da Província³⁵.

Em muitos casos, mesmo após terem sido criadas e inauguradas, as Escolas Normais do Brasil Imperial ainda passaram por um penoso processo de funcionamento, marcado de descontinuidades.

A Escola Normal de São Paulo é um bom exemplo desse intenso processo de insegurança que caracterizou muitas dessas instituições. Ela foi aberta inicialmente em 1846, funcionando até 1867 quando, sob justificativa de precariedade estrutural, foi fechada. Reaberta em 1875 perdurou por apenas três anos e por falta de recursos financeiros para mantê-la foi novamente suprimida. Sua terceira abertura ocorreu em 1880 e seguiu suas atividades sem mais interrupções até o Período Republicano⁹.

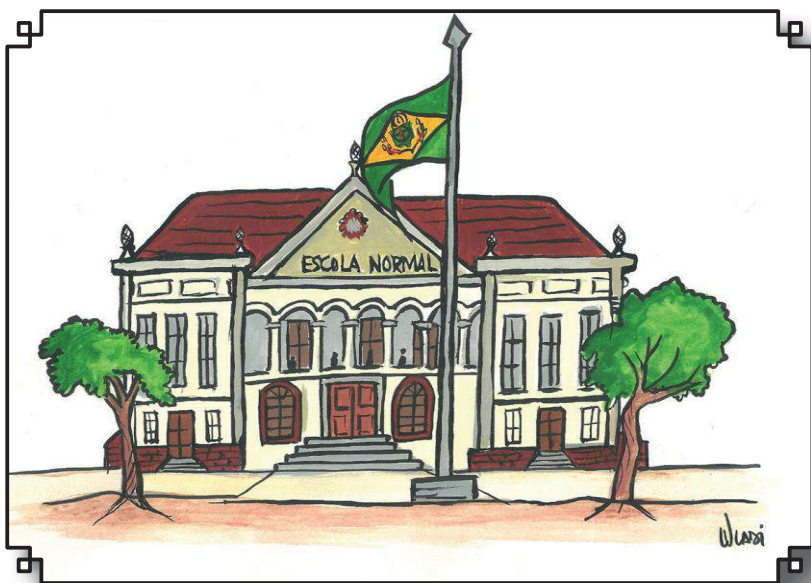
A própria Escola Normal de Niterói, primeira a ser criada no país, passou por instabilidades de funcionamento. Foi aberta em 1835 e fechada em 1849. Foi substituída por outro regime de formação docente, o método dos ‘professores adjuntos’, que consistia em treinar novos professores apenas pela prática. Como este método não vigorou ela foi novamente aberta em 1859³¹.

No Maranhão a primeira Escola Normal foi aberta em 1840 e funcionou somente até 1844. Apenas trinta anos depois, em 1874, houve uma nova tentativa de implantação de uma instituição formadora de professores nessa Província²⁰.

Em 1867 a reduzida procura pelo curso e a baixa frequên-

cia dos estudantes matriculados justificaram o fechamento da Escola Normal que havia sido criada na Província do Piauí em 1864. Em 1871 o curso foi reaberto e, mais uma vez, sem conseguir atrair muitos alunos, deixou de funcionar em 1874. Nessa Província o projeto de uma Escola Normal só consolidou-se no Período Republicano, em 1909¹⁷.

Foram muitas as dificuldades de implantação e funcionamento das Escolas Normais no Brasil durante o Período Imperial. Estas dificuldades vão desde questões estruturais e de falta de recursos financeiros para manutenção dos cursos, perpassando as questões de falta de pessoal habilitado para reger as cadeiras (disciplinas) até a baixa procura pela formação profissional como professor. Esses fatores colaboraram muito para a instabilidade destas instituições no país nesse período, o que fez com que, ao final do Império, o número de Escolas Normais fosse ainda reduzido, em geral constando de uma ou duas em cada Província³⁹.



Mas Por que Implantar Escolas Normais no Brasil?

No Período Imperial, no Brasil, a formação de professores tomou um papel importantíssimo na construção de um projeto político que visava instruir a população de acordo com os anseios daqueles que, na época, detinham o poder.

O início da implantação das Escolas Normais ocorreu em um momento em que o país era governado pelo Grupo Conservador, do qual faziam parte os grandes proprietários rurais, ricos comerciantes, burocratas e altos funcionários públicos, que formavam a elite brasileira na época. Esse grupo, que pautava-se na centralização política, almejava o progresso do país e para isso desenvolvia muitas ações que visavam consolidar seu poder e impor seu projeto político³⁹.

Os governos e as classes sociais dominantes viam a formação de professores como uma maneira para civilizar a população do país, que era ‘atrasado’ devido a falta de instrução. Assim, as Escolas Normais iriam habilitar os professores, que seriam os responsáveis por formar os cidadãos de acordo com ideais de ordem, civilização e progresso. Esses novos professores não iriam educar a população para promover modificações sociais, mas sim para se conformar com as ideias dos grupos que detinham o poder político e econômico, conservando o padrão social vigente ⁴⁷.

A educação deveria ser para disciplinar, controlar e ordenar o povo, proporcionando a ele um nível adequado de instrução para que colaborasse com o desenvolvimento social e o progresso da nação ¹⁴.



Até meados do século XIX a formação dos professores pelas poucas Escolas Normais que existiam no Brasil ofertava um ensino reduzido basicamente à instruí-los para que ensinassem a população a ler, escrever, contar e rezar ³⁹.

É a partir de 1850 que se vê a necessidade de a educação preparar o povo para o trabalho. Nesse período ocorreram muitas mudanças na estrutura do país. Iniciou-se o processo de proibição do tráfico negreiro e de diminuição da utilização da mão obra escrava. Muitas leis antiescravistas foram impostas na segunda metade do século XIX, o que resultou na abolição dessa forma de trabalho no Brasil nos fins do Período Imperial⁴⁴. O poder dos conservadores começava a enfraquecer e os Liberais (Grupo político formado por representantes da elite, que representava os interesses das camadas urbanas, defendia a descentralização política, autonomia das Províncias e instauração de um Regime Político Federalista) ganhavam espaço na política nacional.

O país começava a se urbanizar e modernizar, e via-se no horizonte a industrialização se aproximando¹⁰.

Essas mudanças exigiam um novo tipo de educação escolar. Era preciso que as escolas formassem trabalhadores. O ensino público, contudo, era desigual entre as classes sociais. Para a população pobre era ofertada apenas a Instrução Primária, como forma de prepará-la para profissões manuais e menos valorizadas socialmente. A Educação Secundária e Superior continuava a ser monopólio das classes abastadas, que ocupavam as atividades intelectuais, políticas e de direção do Estado³⁴.

Para esse trabalho com o povo era necessário um novo tipo de professor que, além de educar e instruir, fosse capaz de formar o novo trabalhador: o cidadão produtivo⁴⁶. Ficava a cargo das Escolas Normais a tarefa de formação desses novos professores, aptos a colaborar com o projeto de desenvolvimento do país.

PARA PENSAR:

Atualmente a formação escolar é ofertada de maneira justa e igualitária para todas as parcelas da população? Todos têm as mesmas condições de acesso à educação, desde o nível básico até o superior?

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS DO BRASIL

As Instalações

As primeiras Escolas Normais criadas no Brasil no Período Imperial, foram instaladas em locais impróprios, com péssimas condições estruturais e escassez de materiais e equipamentos, o que dificultava o bom desenvolvimento de sua função⁹.

Algumas das causas dos repetitivos fechamentos dessas instituições ao longo do Império relacionaram-se com essa precariedade de organização e a péssima infraestrutura das instalações e de materiais pedagógicos. Tais fatores colaboraram para que a existência dessas escolas fosse instável nessa época.

Um exemplo disso é a Escola Normal de São Paulo, que nasceu em local construído para outras atividades: em uma sala de um edifício pertencente à Corporação Canônica da Catedral da Sé. Em especial na sua primeira fase de funcionamento, entre 1846 e 1867, eram escassas as condições desta escola. Pelos relatórios do professor regente na época, foi registrado que:

“A escola possuía parco mobiliário e utensílios de aula: um banco, uma pedra de geometria, uma mesa; inexistem dicionários, modelos de caligrafia, e instrumentos para trabalhos de geometria prática” (MONARCHA, 1999, p. 46).

Referência: MONARCHA, C. Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

Um ponto comum observável quanto as instalações das primeiras Escolas Normais é que, na maioria dos casos, essas tiveram seu funcionamento em locais que não haviam sido planejados para a função escolar.

A criação de Cursos Normais junto a Liceus e Ateneus, portanto agregados ao mesmo espaço em que eram ofertados outros tipos de formações secundárias e profissionais, também foi uma característica recorrente durante o Período Imperial no Brasil⁵. Na verdade isso foi uma estratégia que ajudou a amenizar os impedimentos financeiros para a oferta da formação profissional de docentes.

Naquela época a falta de professores habilitados e de prédio próprio, adequado para as atividades educativas, dificultavam a implantação de Escolas Normais. Alocando estas instituições junto à outras já existentes o governo não precisava gastar com a construção de local específico e também economizava com a contratação de novos professores, pois poderiam aumentar a carga horária de trabalho dos docentes do Liceu ou Ateneu e complementar seus salários para que estes assumissem as cadeiras do Curso Normal⁴⁸.



As primeiras Escolas Normais nas Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul, Piauí, Sergipe, Grão-Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás e Amazonas funcionaram anexas a Liceus e Ateneus.

A Escola Normal da Província do Paraná, em 1876, foi anexada ao Instituto de Preparatórios, uma instituição que objetivava preparar os estudantes para seguirem carreira no ensino superior. As instalações dessa escola estavam longe de atender as reais necessidades da formação docente. Era um local pequeno para a quantidade de alunos e sem a estrutura

e espaços necessários para as aulas práticas, que necessitavam de laboratórios⁶.

No Ceará, entretanto, a Escola Normal, que foi criada no final do século XIX, já surgiu em um prédio próprio, construído especialmente para suas atividades³⁵. Esse caso foi uma raridade nesse período.

Critérios de Seleção de Candidatos às Cadeiras das Escolas Normais

FONTE HISTÓRICA

[...] urge que a educação da mocidade seja dirigida não só por mestres que se achem para tão importante emprego habilitados pelos seus conhecimentos, senão, e muito principalmente, que sejam de bons costumes e de uma moral austera: as primeiras impressões recebidas na mocidade são as que mais conservamos, e as que recebemos de nossos mestres são as que nos guiam: um menino que é dirigido por um professor imoral, desatencioso, por um professor que é o primeiro em dar públicos exemplos de imoralidade, de falta de atenção e respeito devido a seus superiores, não recebe princípios para ser bom Cidadão.

Tenho por fim com estas observações chamar a vossa atenção para uma medida que estabeleça rigor e escrúpulo na escolha dos professores que tem de dirigir a mocidade desta Província.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. [Passagem do] Relatório Apresentado pelo Vice-presidente João Capistrano de Miranda Castro, em 4 de março de 1848 na Abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Pelo texto acima citado, retirado de Relatório Presidencial da Província São Pedro do Rio Grande do Sul, do ano de 1848, evidencia-se que, naquele período, para contratação de professores primários, consideravam-se os comportamentos e bons costumes dos candidatos mais importantes do que os conhecimentos profissionais. Enfatizava-se a moralidade e as

adesões aos princípios da Monarquia e da religião oficial mais do que a capacidade profissional⁴⁸.

Desta forma a formação de professores que se pretendia no Período Imperial no Brasil tinha a intenção de produzir um quadro docente habilitado para formar e conformar a população do país de acordo com o modelo social almejado pelas classes dominantes⁴⁷. Para tal, considerava-se fundamental que esses futuros professores seguissem os padrões morais estabelecidos como ideais para a época.

Isso pode ser observado no Decreto nº 10, de 10 de abril de 1835, que criou a Escola Normal de Niterói e definiu os critérios para admissão de candidatos às vagas de estudo ofertadas nesta instituição:

**FONTE
HISTÓRICA**

Art. 4º Para ser admitido à matrícula na Escola Normal, requer-se: ser Cidadão Brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever.

[...]

Art. 6º Os que pretenderem matricular-se, dirigirão seus requerimentos ao Presidente da Província, instruídos com certidão de idade, e atestação de boa conduta, passada pelo Juiz de Paz do seu domicílio: com despacho do mesmo Presidente serão matriculados pelo Diretor, se pelo exame a que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita.

Fonte: RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 10, de 10 de abril de 1835. Cria a Escola Normal de Niterói- RJ

A boa morigeração destacada no Decreto referia-se à moral e aos bons costumes, que deveriam ser atestados por um juiz de paz da localidade onde residia o candidato à vaga da Escola Normal, com despacho do Presidente da Província. Este requisito parecia ‘pesar’ mais do que o critério de saber ler e escrever, que era verificado pelo

próprio diretor da escola, conforme registra o documento citado ⁴⁷. Isso porque havia uma preocupação explícita na formação de um professor que pudesse conduzir a mocidade segundo os princípios da ordem e boa conduta¹⁹.



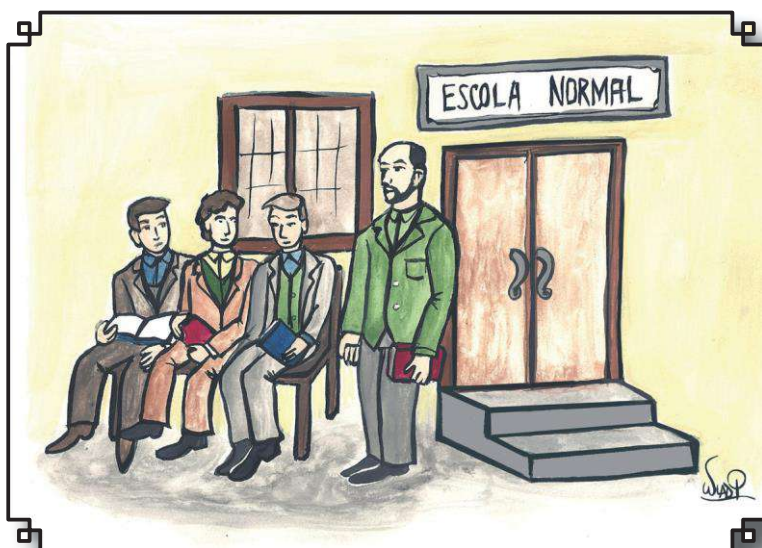
Tais exigências de comprovação de bom comportamento e boa moralidade para candidatar-se ao ingresso nas Escolas Normais durante o Período Imperial serviam para firmar o objetivo disciplinador que se almejava da educação na época, uma vez que o professor deveria mostrar-se apto, segundo os critérios estabelecidos pela ideologia conservadora, a formar os cidadãos que a política vigente precisava para manter o poder e propiciar o desenvolvimento nacional.

O Público das Primeiras Escolas Normais do Brasil

Durante o Período Imperial no Brasil o conhecimento era distribuído de maneira desigual à população. Os saberes eram

transmitidos em formas, quantidades e conteúdos diferenciados para cada parcela social a que se destinava⁴². O ensino público não era acessível a todas as pessoas. Pobres, negros, escravos, indígenas e mulheres eram, de várias formas, excluídos desse bem social.

Como toda a educação escolar no Brasil, em especial na primeira metade do século XIX, as primeiras Escolas Normais criadas, como a de Niterói, Bahia, Pernambuco e São Paulo, eram abertas somente à frequência do sexo masculino³⁹.



Os costumes patriarcais do período, a divisão dos papéis sociais dos sexos, as distinções de classes sociais e o modo de produção escravista, estabeleciam que o acesso à escola se daria apenas a uma pequena parcela da população, esta formada por homens brancos e de famílias abastadas. Isso ocorreu por um bom tempo, até que as necessidades impostas pelas mudanças sociais e econômicas no país foram, aos poucos, alterando esse quadro.

Desta forma as vagas para estudar nas Escolas Normais nessa época não eram destinadas a toda a população, sendo que para algumas categorias o ingresso na educação pública era negado ou bastante dificultado. Vejamos como se dava isso para as diferentes parcelas da população:

Negros e Escravos

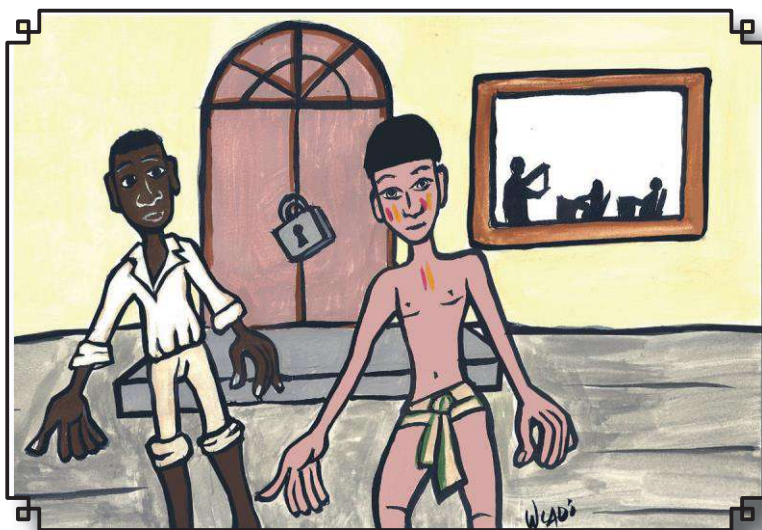
A negação à educação aos negros, escravos e seus filhos dava-se por meio de proibição legal do ingresso dessas pessoas nas escolas:

“[...] Na Primeira Constituição do País de 1824 [...] que em seu artigo 94º, inciso II, impediu, formalmente, que todo o segmento populacional negro tivesse acesso a direitos básicos como, por exemplo, o de votar e de ser votado, formalizando a exclusão, limitando o ensino somente aos cidadãos brasileiros sem que o negro participasse da vida ativa, econômica, social, política e do sistema oficial de ensino [...]; na Reforma de Couto Ferraz, através do Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, que não permitia aos escravos o acesso às escolas públicas [...]; no Decreto nº 7.031 de setembro de 1878, pelo qual os negros poderiam frequentar [escolas] no período noturno, no entanto, dependiam da boa vontade de seus senhores, e das condições físicas, depois de um dia ou até mesmo noites de árduo trabalho, o que também continuava a dificultar seu acesso às escolas” (SANTOS, OLIVEIRA, OLIVEIRA, GIMENES, 2013, p. 20859).

Referência: SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, G. S.; GIMENES, O. M. A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX. In: XI Congresso Nacional de Educação- EDUCERE 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 23 a 26 de setembro de 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf>. Acesso em 24 de Jul de 2019.

Isso acontecia pelo temor que tinham os governos e classes dominantes de que esta população se organizasse e se manifestasse contra a submissão. O domínio da escrita e da leitura poderia ser um instrumento poderoso para essa orga-

nização⁴². Mesmo os negros já libertos eram impedidos de frequentar as escolas, pois a sociedade da época era permeada de preconceito racial e havia necessidade de uma classe ou categoria social dominar a outra ⁴⁷.



A exclusão das pessoas negras, libertas ou escravas, de todo o sistema de ensino não significou que a totalidade desta população não tenha tido acesso à educação escolar no período. A História tem registros de pessoas negras que conseguiram instruir-se e, inclusive, tornar-se professores, como é o caso de Felipe José Alberto Junior, que formou-se professor pela Escola Normal da Bahia e depois foi nomeado pelo próprio Imperador Dom Pedro II para dirigir a Escola Normal de Niterói, que o fez entre 1862 e 1868.

Igualmente a população negra os indígenas e descendentes estavam excluídos da educação escolar pública, sendo que sua formação ocorria em seus grupos de origem e a partir dos ensinamentos de sua cultura¹⁸.

Mulheres

Muitas das primeiras Escolas Normais que surgiram no Brasil no Período Imperial excluía a possibilidade de frequência feminina. Foi aos poucos que as mulheres começaram a ocupar vagas nessas instituições e, em especial nos anos finais do século XIX, elas já eram o maior número nos bancos escolares⁵.



Mesmo com essa abertura gradual ao acesso ainda haviam mecanismos de exclusão do sexo feminino à escolarização. Isso se dava por meio da diferenciação dos conteúdos ensinados aos homens e às mulheres. Para elas as escolas dedicavam-se mais a ensinamentos de prendas domésticas, de orações e do básico da leitura e das operações matemáticas, sendo que o currículo era bastante reduzido comparado aos conhecimentos passados ao sexo masculino⁴⁷.

Aprofundaremos o tema sobre a participação do sexo feminino nas Escolas Normais no Brasil Imperial mais adiante, ao tratarmos dos currículos dessas instituições e do crescimento do número de mulheres no magistério.

Professores atuantes no Magistério Primário Público e sem formação

As Escolas Normais criadas nas Províncias do Brasil no Período Imperial eram também destinadas aos professores que já atuavam no magistério primário público mas que não tinham uma formação institucionalizada. As leis de criação de várias dessas escolas previam que os professores leigos deveriam buscar essa formação para que pudessem continuar atuando na profissão. Caso optassem por não fazê-lo seriam demitidos do cargo.

A Lei Provincial nº 8, de 05 de maio de 1837, que Estabelece Novo Regulamento da Instrução Pública Primária na Província do Mato Grosso, exemplifica isso:

FONTE HISTÓRICA

*Art. 43º **Será permitido aos Professores, que servirem ao tempo em que se estabelecer a Escola Normal, e que quiserem continuar no Magistério, frequentá-la, uma vez que tenham a necessária aptidão, e nesse caso vencerão seu ordenado, deixando porém na Cadeira substituto pago a sua custa:** esta disposição se observará também por ordem do Governo, **independente de requerimento dos Professores,** com todos aqueles que tendo sido providos em Escolas do primeiro ou segundo grau, deixem de ensinar pelo método melhor por falta de instrução dele; e **caso não queiram frequentá-la serão demitidos como desobedientes na forma do disposto no título respectivo.***

Fonte: MATO GROSSO. Lei nº 8, de 05 de maio de 1837. Estabelece Novo Regulamento da Instrução Pública Primária na Província do Mato Grosso [Grifo nosso].

Os professores atuantes que buscassem a formação via Escolas Normais seriam afastados das atividades, mas receberiam seu salário normalmente. Como essas instituições exis-

tiam apenas nas capitais provinciais eles deveriam deslocar-se até lá e manter-se com as próprias custas, além de deixar em seu lugar na escola primária em que lecionavam um substituto, pago também com recursos próprios.

Sob essas condições os baixos salários pagos ao magistério público no período dificultava muito que os professores sem formação institucionalizada e atuantes no ensino primário buscassem a profissionalização pelas Escolas Normais. Isso também pode ser considerado um motivo para a baixa procura dessa classe pela formação prevista na lei.

Jovens Órfãos

No século XIX as crianças desamparadas eram um grande problema social no Brasil. Para resolver isso os governos criaram asilos, orfanatos e reformatórios, instituições de acolhimento e moralizadoras, onde o trabalho era tido como importante recurso pedagógico²².



No contexto social daquela época a instrução era vista como um caminho para combater a criminalidade e elevar o nível da civilização. Desta forma as Escolas Normais, ao receberem como alunos os internos das instituições de acolhimento, poderiam contribuir para o projeto de recuperação e desenvolvimento social. A oferta de formação escolar profissional a estes jovens ajudava a melhorar sua vida e, ao mesmo tempo, formava professores para atuarem na Instrução Primária, cuja falta também era um problema do país na época²¹.

Bolsas de Estudos Para Cursar as Escolas Normais

Embora fossem públicas nem todas as Escolas Normais criadas no Brasil no Período Imperial eram gratuitas. Em muitas delas, como na de Niterói, da Bahia, de São Paulo, de Recife, do Piauí e do Rio Grande do Sul, a formação profissional docente estava condicionada ao pagamento de mensalidades por parte dos estudantes. Porém, a profissão de professor primário não atraía muitos jovens de famílias abastadas e, muitas vezes, a procura por ocupar as vagas nessas instituições era muito baixa.

Para suprir de alunos um número de cadeiras adequado para a abertura de turmas os governos provinciais ofereciam bolsas de estudos à pessoas pobres que tivessem interesse em obter tal profissionalização⁴⁷. Um exemplo disso é a Lei nº 34, de 16 de março de 1846, pela qual é criada a Escola Normal de São Paulo:

**FONTE
HISTÓRICA**

Art. 34º [...] O governo poderá prestar mensalmente o fornecimento de trinta mil réis a dez cidadãos, que querendo dedicar-se ao magistério, tiverem falta de meios para frequentar a Escola Normal, apresentando eles documentos com que comprovem a condição de moralidade, segundo o artigo quinto, e estes indenizarão ao cofre provincial, sendo providos, descontando-se quantia arrazoada dos seus vencimentos sem prêmio, e não se realizando o provimento indenizarão com o juro legal.

Fonte: SÃO PAULO. Lei nº 34, de 16 de março de 1846. Dá nova organização às escolas de instrução primária e cria uma escola normal na Província de São Paulo.

Percebe-se nesta passagem que é destacada a necessidade de comprovação de boa moralidade para pleitear a bolsa e a vaga de estudo nesta instituição.

Além disso, a Lei registra que utilização das bolsas de estudo comprometia os candidatos que delas fizessem uso a ressarcir, após formados, o cofre provincial dos valores gastos com seus estudos. Isso ocorria a partir de seu provimento como professores de escolas públicas, tendo descontada de seus vencimentos certa quantia para devolução ao governo. Ainda, caso o professor formado por esta Escola Normal não fosse provido no magistério público, deveria indenizar o Governo Provincial pelas despesas de sua formação.

Além da Escola Normal de São Paulo, outras como a de Niterói, da Bahia e do Piauí também ofereciam bolsas de estudos à pessoas que não tinham condições de bancar os gastos com essa formação. No Piauí, no primeiro ano de funcionamento da Escola Normal, em 1864, todos os vinte e três alunos matriculados recebiam o auxílio do governo provincial¹⁷.

Separação Espacial e Educacional Entre os Sexos

Nas primeiras Escolas Normais, assim como em todo o sistema educacional brasileiro durante o Período Imperial, a distinção entre os sexos masculino e feminino foi uma característica presente por bastante tempo. Havia uma separação física do espaço ocupado por meninas e meninos e as aulas para ambos eram diferenciadas³⁸.

Na cultura daquele período o homem ocupava socialmente um papel prioritário comparado à mulher, isso porque a tradição da época impunha a superioridade física e intelectual do sexo masculino. Além disso a convivência social entre os sexos, em espaços públicos, não era recomendada pela Igreja Católica²⁸.

A Escola Normal de Niterói, criada em 1835, só passou a receber alunas a partir de 1862. Estas cursavam as aulas em dias alternados aos meninos. Posteriormente, foram transferidas para uma casa separada do local onde eles estudavam.

Nessa escola somente em 1880 se experimentou a coeducação dos sexos, introduzindo-se o ensino misto, o que causou um escândalo na comunidade da época, pois, pela moralidade imposta, era inadmissível meninas e meninos estudarem juntos, em um mesmo espaço e horário⁴⁵. Para amenizar esse alvoroço foi implantado um sistema de entrada e saída dos alunos e alunas por locais separados, de forma que não se vissem a não ser durante as aulas. Além disso os estudantes estavam sob constante vigilância de duas inspetoras atentas cuja função era colaborar para manter a ordem²⁸.

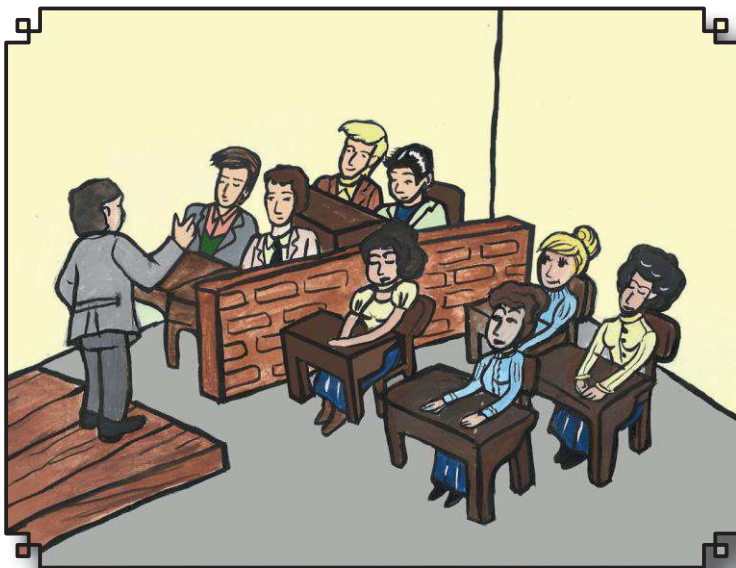
A Escola Normal de Pernambuco iniciou suas atividades em 1865, mas a entrada das mulheres nessa instituição só ocorreu dez anos depois e, assim como na Província do Rio

de Janeiro, foi motivo de grande alvoroço na sociedade²⁸. O governo provincial, entretanto, procurou abrandar as reações a essa medida com alguns cuidados que prevenissem os inconvenientes da inovação e acalmassem a opinião pública:

“Como as aulas para moças e rapazes ocorriam na mesma sala, esta era dividida com um muro. De um lado sentavam as moças e do outro os rapazes, o professor ficava à frente da turma e tinha a visão dos dois lados do muro mas sem que estes grupos distintos se enxergassem” (VILLELA, 2009, p. 70).

Referência: VILLELA, H. O. S. Normalistas Históricas, Professoras Comportadas: A Construção das Representações Sobre a Profissionalização da Docência Feminina no Século XIX. In: Dimensões: Revista Histórica da UFES. n° 23, ano 2009, p. 67- 82.

Nessa instituição, ainda como medida de regulação do comportamento dos estudantes, os pais das alunas, ou outra pessoa que as acompanhassem até a escola, poderiam assistir às aulas, desde que fossem decentemente vestidas²⁵.



A Escola Normal da Corte, criada na cidade do Rio de Janeiro em 1880 foi, desde o início de sua implantação, aberta para a frequência de ambos os sexos. Contudo, cada um estudaria em uma ala própria, em salas separadas e em horários alternados. Era evitado o encontro de meninos e meninas nos corredores da escola. Quando não era possível manter essa separação devido a falta de espaço ou de professores para ministrar as aulas, moças e rapazes estudavam na mesma sala, mas essa era dividida ao meio, com uma divisória, que apartava os sexos⁴⁰. Também era possível que os acompanhantes das alunas (pais, irmãos, esposos) assistissem às aulas, contanto que se comportassem com urbanidade¹, igual ocorria na Escola Normal de Pernambuco.

Nas Províncias de São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, entre outras, o funcionamento das aulas para moças e rapazes aconteceu durante muito tempo em lugares diferentes. Essa tendência de separação educacional e espacial entre meninos e meninas ocorreu mais fortemente no início do século XIX no Brasil. Com o passar o tempo isso foi sendo superado e os sexos puderam conviver e estudar em um mesmo local.

PARA PENSAR:

Tomando como campo para reflexão a educação básica e superior e as diferentes instituições existentes: nos dias de hoje ainda existem separações educacionais entre os sexos masculino e feminino?

Instabilidade de Funcionamento das Escolas Normais no Período Imperial

FONTE HISTÓRICA

Sou o primeiro a reconhecer a necessidade de um estabelecimento de certa ordem, onde os que se destinam a carreira do magistério, adquiram uma preparação teórica e prática. As Escolas Normais, propõe-se a satisfação dessa necessidade. Nos países adiantados em civilização, apreciadores da instrução pública, elas vingam, prosperam, e dão excelentes frutos. Mas no Brasil, senhores, sinto dizê-lo, elas têm sido plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia.

Fonte: PARANÁ. [Passagem do] Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867, Pelo Presidente da Província Polidoro Cesar Burlamaque.

A citação acima, retirada do Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867, pelo Presidente da Província Polidoro César Burlamaque, exemplifica a tendência ocorrida na maioria das Escolas Normais instaladas no Brasil durante o Período Imperial: de serem criadas, instaladas e logo em seguida suprimidas.

A implantação e o funcionamento das primeiras Escolas Normais no Brasil durante o século XIX passou por inúmeras dificuldades o que resultou na sua instabilidade. Isso se deveu a inúmeros fatores, tais como:

- Em geral, no Período Imperial, principalmente nas primeiras décadas de sua criação, as Escolas Normais tinham um único docente que era responsável por lecionar todas as cadeiras, além de cumprir a

função de diretor da escola. Quando muito, algumas escolas chegavam a ter dois professores.³⁹ Esse aspecto foi aos poucos se alterando e ao longo do Período Imperial o número de docentes das Escolas Normais foi aumentando;

- A maioria dessas instituições funcionavam em locais improvisados e impróprios, com instalações precárias, falta de equipamentos e de materiais pedagógicos³⁹;
- Os currículos eram muito reduzidos, restringindo-se basicamente aos conteúdos a serem ensinados nas Escolas Primárias acrescido de uma única disciplina para formação didático-pedagógica³⁹;
- A procura pelo curso era reduzida, pois naquele período os salários oferecidos aos professores eram muito baixos em todas as regiões do país³⁹;
- Outro fator que colaborava para o reduzido número de matrículas nessas escolas é que elas, no Período Imperial, estavam instaladas apenas nas Capitais das Províncias. Pelas condições da época e do público que se atraía para a formação docente, que em geral era de classes sociais mais baixas, era difícil o deslocamento dessas pessoas para as capitais, pois isso exigia muitos gastos⁴⁶;
- Altos índices de abandono do curso pelos estudantes. Esse fator colaborava para alegações dos governos de que os investimentos nas Escolas Normais

não eram vantajosos e reforçava as justificativas para fechamentos dessas instituições⁴⁶;

- As Escolas Normais sofriam a concorrência do modelo artesanal de formação docente, no qual a profissionalização ocorria pela prática, não sendo necessária uma instituição específica para a formação. Isso contribuiu para a fragilidade das Escolas Normais como meio oficial de profissionalização ⁴⁶;
- O provimento das cadeiras do magistério primário, em algumas localidades, continuava a ter outras formas de acesso, como nomeações e concursos públicos que independiam de formação profissional institucionalizada³⁹;
- A descontinuidade administrativa das políticas públicas voltadas para a manutenção das Escolas Normais também foi um fator preponderante para a instabilidade delas no Período Imperial. Em vários casos os governos das Províncias não ofereciam condições financeiras de manutenção destas instituições. Em muitos momentos os orçamentos públicos eram direcionados para atender a outras demandas e a educação era deixada de lado⁴⁵.

Esses fatores colaboraram para que as Escolas Normais vivessem uma trajetória atribulada, instável e incerta, marcada por muitas mudanças, fechamentos e reaberturas durante o Período Imperial no Brasil ³⁹.



CAPÍTULO III

CURRÍCULOS E MÉTODOS DE ENSINO ADOTADOS NAS ESCOLAS NORMAIS DURANTE O PERÍODO IMPERIAL NO BRASIL

A História da Educação no Brasil registra que, no período que compreende o início da institucionalização da formação de professores pelas Escolas Normais até o final do Período Imperial (1835-1889), foram utilizados quatro métodos de ensino distintos no país: Lancasteriano (também conhecido como Mútuo), Simultâneo, Misto e Intuitivo.

No início da criação das Escolas Normais no Brasil a legislação educacional estabelecia que o método de ensino aplicado na Instrução Pública Primária deveria ser o Lancasteriano. De acordo com a Lei de 15 de Outubro de 1827:

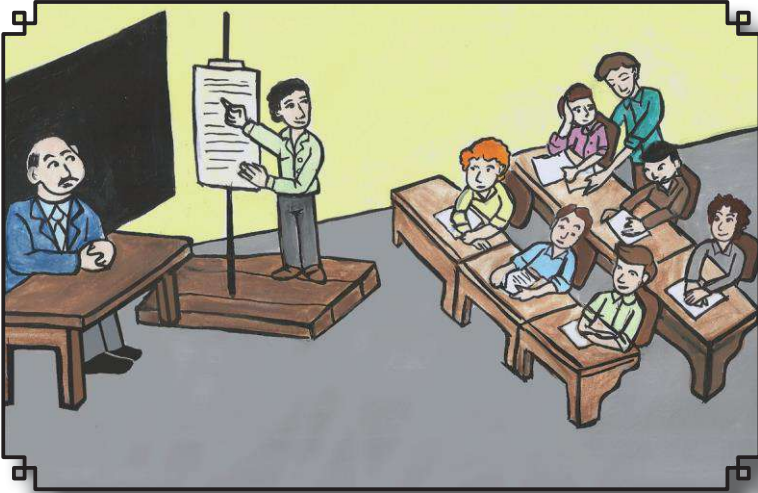
FONTE HISTÓRICA

Art. 4º As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das Províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Fonte: Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império

Naquela época havia a intenção de guiar o povo de acordo com os objetivos das classes governantes. Esse método de ensino, por suas ideias de desenvolver hierarquia, ordem e disciplina, se enquadrava aos propósitos políticos dos grupos

dirigentes⁴⁵. Assim, formar nas Escolas Normais, por meio do método de ensino Lancasteriano, os professores que iriam instruir a população, faria com que os ideais de disciplina e ordem fossem multiplicados para todo o povo brasileiro.

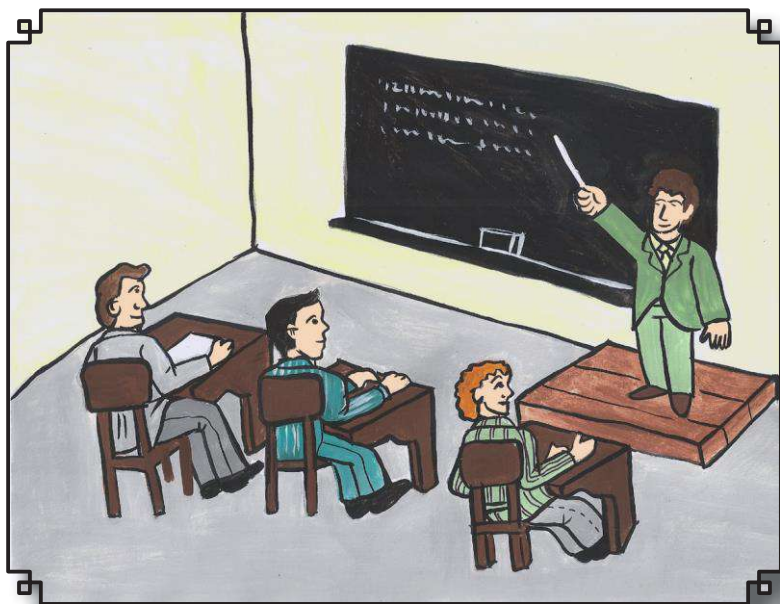


O Método de Ensino Lancasteriano ou Mútuo, cuja elaboração inicial é atribuída ao educador inglês Joseph Lancaster, consistia em empregar os próprios alunos como auxiliares do professor. As aulas aconteceriam em um amplo espaço, com todos os alunos juntos. Os estudantes mais adiantados seriam selecionados e instruídos pelo professor. Esses monitores repassariam os ensinamentos a grupos de alunos sob sua responsabilidade enquanto o docente observava¹².

Todavia esse método não se adequava a realidade das escolas brasileiras daquela época, pois estas eram, geralmente, pouco frequentadas para suportar a dinâmica e o custo do método⁴⁷. Não foram produzidas as condições materiais fundamentais para que as escolas funcionassem a partir dele: os

espaços eram inadequados, faltava materiais didáticos e pedagógicos além de que os professores não eram bem formados para realização desse tipo de ensino, pois não existiam instituições que cuidavam da formação específica e aprofundada desses professores nesse método de ensino¹².

Outro método de ensino que vigorou no Brasil no período entre 1835 e 1889 é o chamado Simultâneo, que foi criado e sistematizado pelo francês João Batista de La Salle. Consistiu em organizar os alunos em classes mais homogêneas levando em conta sua idade e grau de conhecimento e distribuindo os conteúdos e os tempos escolares em níveis. A ação do professor era direta com toda a classe, ensinando-os simultaneamente¹².



Não se pode afirmar pontualmente quando se deu a introdução do Método Simultâneo no Brasil. Este foi sugerido pela

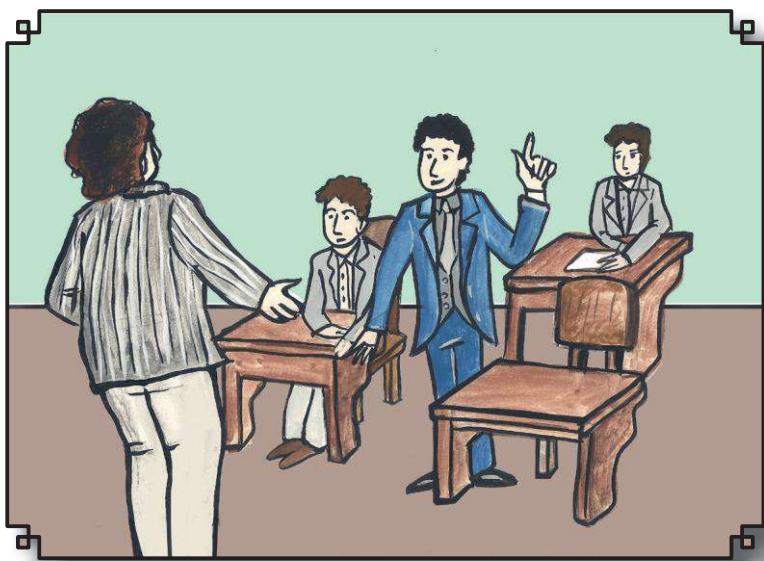
primeira vez no Regulamento da Instrução Pública do Rio de Janeiro de 1847, que não chegou a vigorar plenamente, sendo revogado pela Assembleia Legislativa Provincial e substituído pelo regulamento proposto por Couto Ferraz em 1849. A proposta de Couto Ferraz estabeleceu que o método de ensino a ser aplicado nas escolas públicas seria o Simultâneo, contudo previa a possibilidade de que também se adotasse outro método que melhor atendesse aos recursos e necessidades das localidades⁷.

Embora na maioria das Províncias, durante grande parte do Período Imperial, os regulamentos referentes à Instrução Pública estabelecessem o Método Simultâneo como oficial, na prática havia uma mistura entre este e o Lancasteriano. Essa associação prática entre dois métodos de ensino originou o que se definiu como Método Misto, que agregava as características mais convenientes de cada um⁷. A partir do final da terceira década do século XIX o Método Misto passou a aparecer nas legislações educacionais do país¹².

Na década de 1880 o Brasil se abriu para inovações pedagógicas vindas da Europa e de outro países da América. Estas inovações representaram a inclusão de matérias científicas nos currículos e a adoção do método de ensino denominado Intuitivo¹⁶.

Também conhecido como Lição das Coisas, o Método de Ensino Intuitivo, fundamentado especialmente nas ideias de Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Froebel, se baseava em uma concepção de que a aquisição de conhecimentos ocorria por meio dos sentidos e da observação e, desta forma, propunha que o ensino deveria partir dos conhecimentos que os alunos já possuíam, indo do cotidiano para o geral e do concreto para o abstrato³⁷.

Os métodos de ensino anteriores focavam no papel do professor e na organização da classe. Já o Método Intuitivo transferiu a atenção para os processos de aprendizagem dos alunos, sendo que o ensino a partir daí deveria levar em conta a vida e o cotidiano deles, seus aspectos físicos, emocionais, intelectuais e culturais e a escola deveria observar os ritmos e formas de aprendizagem dos educandos¹².



Acreditava-se, naquele momento, que o Método Intuitivo poderia contribuir para a superação do atraso que o Brasil sofria comparado aos países mais desenvolvidos. Esse método era visto como um meio para formar um sistema de ensino que ajudaria a expandir a educação popular no país e, assim, contribuiria para o desenvolvimento da nação no final do século XIX. Objetivo este que, como visto anteriormente, era o que almejavam as classes dominantes⁴¹.

Durante o século XIX esses métodos de ensino coexistiram no Brasil. O surgimento e utilização de um não fazia com que o anterior deixasse de ser praticado em alguma localidade do país¹².

Currículo das Escolas Normais de 1835 a 1850

Na época do surgimento das primeiras Escolas Normais no Brasil o grupo liberal estava enfraquecido, as práticas liberais estavam desgastadas e o Grupo Conservador dominava o país no terreno político⁴⁷. Os ideais iluministas espalharam-se da Europa para todo o mundo e uma das principais bandeiras levantadas por esse movimento era a necessidade de ofertar o acesso à educação e cultura a um número cada vez maior de pessoas¹². Essas ideias sobre educação ganharam espaço no Brasil e os dirigentes nacionais viram nelas uma forma para restaurar a sociedade a partir da formação de um novo tipo de homem, com um padrão intelectual e moral mais elevado.

O Grupo Conservador via na educação uma forma de manter sua supremacia e ampliar sua dominação sobre a população, com a difusão dos princípios civilizatórios por meio da Instrução Pública⁴⁵. Isso acabou se refletindo no currículo das instituições formadoras de professores que surgiram na primeira metade do século XIX.

A implantação das Escolas Normais no Brasil visava a preparação específica de professores para atuarem na Instrução Primária. Essas escolas deveriam guiar-se por coordenadas pedagógico-didáticas proporcionando uma formação pautada em moldes científicos e profissionais³² que, por meio de um conhecimento normatizado, substituísse o ofício de mestre-escola pelo de professor primário⁴⁵.

PARA SABER MAIS

Mestres-escolas eram “[...] mestres ambulantes, ou mestres de varanda [...]” eram os professores que, contratados por uma família, ministravam suas aulas, geralmente, nas próprias residências e não em prédios públicos, e tinham seus horários e conteúdos determinados por eles mesmos (SOUZA, 2016. p. 93).

Referência: SOUZA, J. B. De Mestre-escola à Professora Pública: História de Vida de Maria Pureza Cardoso Araújo (1920 a 2013). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 67, p. 93-103, mar 2016 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br>>. Acesso em 10 de jan de 2020.

Contudo a preocupação que predominou nas Escolas Normais foi a de ensinar aos normalistas os conhecimentos que estes deveriam transmitir nas Escolas Primárias, o que resultou em currículos que enfatizavam as matérias da educação primária em detrimento do preparo didático-pedagógico dos futuros professores³².

Isso pode ser facilmente percebido ao analisar e comparar o currículo definido no Decreto Provincial Nº 10, de 10 de abril de 1835, para a Escola Normal de Niterói com o estabelecido na Lei de Criação de Escolas de Primeiras Letras em Todo o Império, Lei de 15 de Outubro de 1827:

FONTE HISTÓRICA

Art. 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Fonte: BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda Criar Escolas de Primeiras Letras em Todas as Cidades, Vilas e Lugares Mais Populosos do Império

**FONTE
HISTÓRICA**

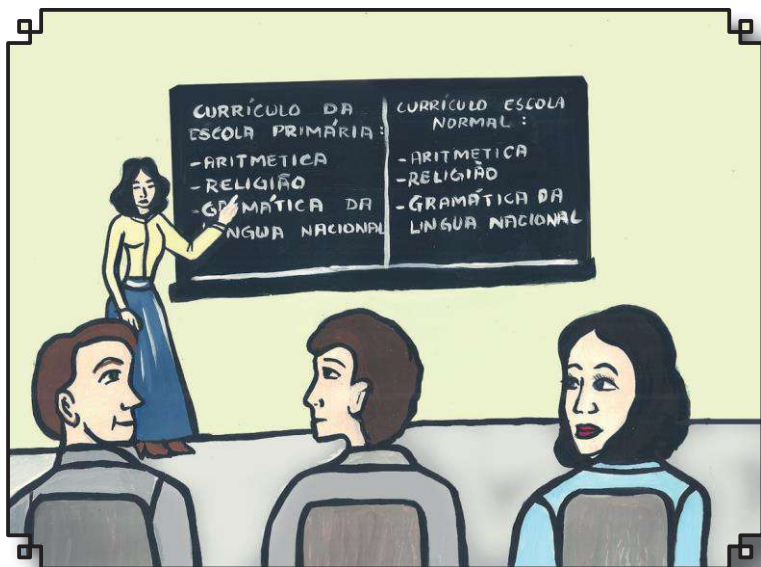
Art. 2º A mesma Escola será regida por um Diretor, que ensinará: Primeiro: a ler e escrever pelo Método Lancasteriano, cujos princípios teóricos e práticos explicará. Segundo: as quatro operações de Aritmética, quebrados, decimais e proporções. Terceiro: noções gerais de Geometria teórica e prática. Quarto: Gramática de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geografia. Sexto: os princípios de Moral Cristã, e da Religião do Estado.

Fonte: RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 10, de 10 de abril de 1835. Cria a Escola Normal de Niterói- RJ.

Comparando-se esses dois documentos evidencia-se que os currículos determinados por ambos apresentam o mesmo plano de ensino. Isso também ocorreu com as demais Escolas Normais criadas no Brasil na primeira metade da década de 1800. Essas apresentavam basicamente um currículo comum, simples e sem matérias de formação profissional, com um curso de dois ou três anos e, em geral, um professor que era também o diretor da escola³⁹.

As Leis de criação das Escolas Normais de São Paulo (Lei nº 34 de 16 de março de 1846) e da Bahia (Lei nº 37 de 14 de abril de 1836) traziam como componente curricular a ser ensinado nas respectivas instituições os ‘Métodos de Ensino Simultâneo e Mútuo’. Esta era a única disciplina específica de formação docente.

Esta característica de um ensino reduzido, limitado ao que era ensinado na educação primária³⁹, se deu pelo fato de que não intencionava-se, naquele momento, oferecer aos futuros professores uma formação aprofundada em conteúdo. Importava mais aos objetivos das classes dominantes proporcionar uma formação moral e religiosa, com a qual os mestres formariam um povo mais civilizado e obediente⁴⁷.



A presença do componente referente à instrução religiosa e moral dos educandos no currículo das escolas pioneiras do Curso Normal no Brasil evidencia que, naquela época, a educação não era laica. O ensino primário não existia apenas para instruir a população com conhecimentos básicos, mas cabia a ele desempenhar um papel essencial para educação moral e religiosa do povo, preparando-o para o exercício de sua função como cidadãos³⁴.

Currículo das Escolas Normais de 1850 a 1889

Meados do século XIX foi um período de intensas mudanças na fisionomia do país, encaminhando-o para o que então era chamado de modernidade. Uma nova conjuntura social, econômica e política se desenvolveu nesta época¹⁰.

A supremacia do Grupo Conservador, que detinha o poder econômico e político, começava a dar sinais de fragilidade.

O Brasil passava por um processo de substituição da mão de obra escrava, que até então sustentava a economia, devido a intolerância internacional quanto a manutenção desse sistema. Foram impostas medidas de contenção do tráfico negreiro que, a partir de 1850, se tornou ilegal. Os capitais que eram investidos no tráfico de escravos foram redirecionados para o setor financeiro em outros investimentos, como indústrias de navegação, construção de estradas e ferrovias, melhorias nas redes de água, iluminação e saneamento básico urbano ⁴⁷. Com isso, desenhava-se nas áreas mais dinâmicas do país uma modernização capitalista¹⁰.

Os debates sobre a educação se associavam aos muitos problemas enfrentados pela sociedade naquela época. O processo de extinção da escravidão exigia um novo direcionamento do trabalho no país. A necessidade dos governos de manter o controle social da população, evitar desordens, acabar com a criminalidade e promover o desenvolvimento era associada a formação de cidadãos disciplinados e úteis à pátria³⁴.

O anseio por essa formação cidadã, que promoveria o desenvolvimento nacional, impulsionou o projeto de universalização da educação e influenciou debates sobre a organização pedagógica e administrativa da escola, para que esta cumprisse sua função social e política. Com isso os conteúdos escolares tornaram-se importante tema de discussão, pois por meio deles poderiam ser atendidos os interesses políticos, ideológicos, religiosos, culturais e econômicos que eram almejados na época ³⁷.

As mudanças ocasionadas pela modernização das cidades e o processo de urbanização exigiram que o sistema educacional oferecesse um novo tipo de instrução. Desta forma houve um alargamento nos currículos das Escolas Normais com a

intenção de aprofundar o conteúdo teórico associando-o ao ensino prático.⁴⁷

Com as mudanças ocorridas na estrutura social e educacional após 1850 surgiu a necessidade de que a formação dos professores abrangesse conhecimentos para além dos conteúdos que eram ensinados nas Escolas Primárias. As inovações pedagógicas do período representaram a introdução de matérias científicas ao currículo e a adoção do Método de Ensino Intuitivo³⁹.

Mesmo assim a educação para a moralidade, com base em preceitos de religião, continuava a ser valorizada e ofertada no ensino primário do país e, com isso, também estava presente nos currículos das Escolas Normais.

A inclusão da 'Pedagogia e Metodologia' como componente curricular representou uma maior atenção dada à formação profissional dos futuros professores. Todavia, comparada com as demais cadeiras e matérias, a formação didático-pedagógica continuava reduzida aos ensinamentos teóricos de uma disciplina que disputava espaço com várias outras de formação geral e era ministrada, na maioria das vezes, apenas em parte do período formativo. As atividades práticas dos Cursos Normais estavam incluídas nessa disciplina.

O encaminhamento dos estudantes normalistas à estas atividades práticas acontecia nas chamadas Escolas Anexas, que eram escolas públicas de ensino primário e serviam como laboratório para a aplicação das práticas pedagógicas aprendidas. As Escolas Anexas eram autônomas em relação as Escolas Normais, ou seja, não relacionavam-se administrativamente a elas⁴⁷.

Outras disciplinas de cunho científico foram, ao longo das décadas de 1860, 1870 e 1880, incluídas nos currículos das Es-

colas Normais do Brasil. A partir de 1880, o componente de Ciências Físicas e Naturais, que incluía os conhecimentos de Física e Química, aparece nos itinerários formativos de várias instituições.

Era também de grande relevância a formação cívica do professor enquanto cidadão, pois cabia a ele, além de repassar os rudimentos do conhecimento, formar os futuros cidadãos do país. A formação cívica era desenvolvida nas Escolas Primárias e Secundárias e, conseqüentemente nas Escolas Normais, nas disciplinas de História, principalmente de História Pátria e História do Brasil⁶.

Além do conhecimento científico, que formou-se nos currículos escolares na segunda metade do século XIX, ocorreu também a inclusão de vários outros saberes no ensino escolar daquele período, como por exemplo: a educação física, música, desenho, horticultura, arboricultura, higiene, puericultura, economia doméstica, entre outros ³⁷.



Currículos distintos para ambos os sexos

FONTE HISTÓRICA

Devem ensinar-lhes tudo quanto convém que saiba uma mulher, que tem de ser a criada de si e de seu marido, por isso a sua educação deve limitar-se a saber: ler, escrever e contar até as quatro primeiras espécies da Aritmética, e todos os demais trabalhos de uma mulher no interior de sua casa.

Fonte: MINAS GERAIS. Relatório Dirigido à Assembleia Legislativa Provincial de Minas-Gerais, na Abertura da Sessão Ordinária do Ano de 1843, Pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa.

O trecho acima foi retirado da parte referente à Instrução Pública do Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais Francisco José de Souza Soares d'Andréa no ano de 1843 e diz respeito ao que ele orienta que seja ofertado em termos de ensino escolar público para as meninas. Evidencia-se nesse texto o papel e a função social que, no período, eram designados ao sexo feminino.

Naquela época as mulheres eram vistas como inferiores aos homens e a elas era destinado, exclusivamente, os trabalhos relacionados aos cuidados da família e os afazeres domésticos²⁶.

Em decorrência dessa ideia de funções sociais distintas, o sistema de ensino estabelecia diferenças no processo de formação do menino e da menina nas Escolas Primárias. Os currículos ensinados eram diferentes para cada sexo: os meninos recebiam uma educação mais técnica, direcionada ao trabalho intelectual enquanto as meninas tinham reforçados conteúdos que visavam formar donas-de-casa³⁸. Isso se relacionava com a ideia de que a formação das mulheres visava à vida doméstica, pois a vida pública era destinada aos homens, logo mui-

tos dos ensinamentos que cabiam a estes eram desnecessários para elas³⁴.

A redução do currículo destinado à formação feminina representava uma forma de exclusão desta categoria à educação. Para elas era restrito aprender apenas o básico da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas. Os estudos de Aritmética relacionados a proporções, decimais e geometria faziam parte dos currículos dos meninos, mas eram interditados às meninas⁴⁷.

No lugar destas matérias era ofertado o componente curricular de Prendas Domésticas. Esta disciplina instruía as meninas e moças às atividades relacionadas com trabalhos de agulhas, bordados, crochê, tricô, corte e costura de vestimentas e trabalhos manuais de artesanato. Foi obrigatória para o sexo feminino em todo o Período Imperial e para além deste³⁸.



Mesmo em disciplinas comuns para ambos os sexos havia diferenciações quanto ao estudo e aplicações para o sexo feminino. Um exemplo disso são as aulas de ginástica que, para as moças, tinham um programa diferente: os exercícios, comparados aos realizados pelos rapazes, eram reduzidos e tinham mais a finalidade de fortalecer o corpo feminino para o desempenho dos trabalhos domésticos e para as funções procriadoras, ou seja, produzir mulheres fortes para que tivessem filhos fortes ⁴⁴.

Esse currículo diferente para ambos os sexos se baseava nos costumes patriarcais da sociedade do período e na concepção de que as mulheres eram inferiores em capacidade intelectual comparadas aos homens ²⁶.

PARA PENSAR:

Atualmente, os currículos de formação escolar trazem disciplinas, conteúdos ou atividades diferentes para o sexo masculino e feminino?

Será que a formação profissional hoje, voltada às profissões e ao mundo do trabalho atuais, deve ser pautada em diferenças sexuais como foi no passado?

CAPÍTULO IV

CRESCE O NÚMERO DE MULHERES NOS BANCOS DAS ESCOLAS NORMAIS E NAS CADEIRAS DO MAGISTÉRIO

Papel Social da Mulher no Século XIX

No século XIX no Brasil os papéis e espaços destinados ao sexo feminino eram estabelecidos por homens, os responsáveis pela elaboração tanto das leis e políticas quanto das normas religiosas que regiam a sociedade naquele período. O espaço social que cabia às mulheres era no interior do lar, exercendo atividades de mãe e esposa nos cuidados da família. O trabalho externo era algo negado a essa categoria sob justificativas biológicas, de que não possuíam força e capacidade intelectual para tal ²⁶.

Com base nessa ‘identidade feminina socialmente imposta’ é que legitimou-se a discriminação das mulheres em diversos âmbitos, como no mercado de trabalho, na política, na cultura e na educação.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX a mentalidade vigente a respeito da educação das mulheres dava pouca importância à sua instrução já que, para o ideário social daquele período, o trabalho intelectual não era destinado a esse sexo. Para elas a educação era com intenção de treiná-las para os afazeres domésticos e os cuidados ao marido e aos filhos².

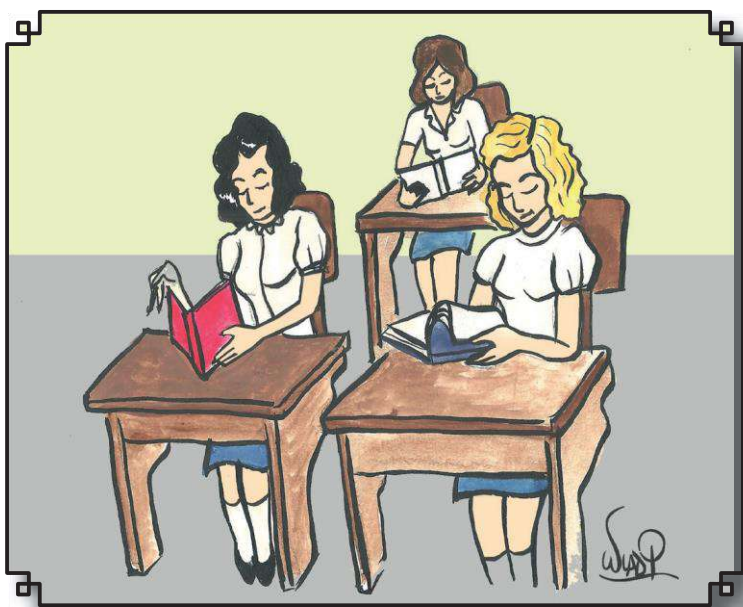


“Em meados do século XIX, poucos empregos ‘respeitáveis’ fora do magistério eram acessíveis às mulheres. Para aquelas que não pertenciam a famílias poderosas ou com grandes recursos e tinham de ganhar a vida, existiam poucas alternativas aceitáveis, como nos estabelecimentos comerciais, nos escritórios ou em repartições públicas, antes do século XX. Mas, com educação, elas podiam evitar empregos de classes populares, como o serviço doméstico, a principal categoria de emprego urbano feminino” (HAHNER, 2010, p. 319).

Referência: HAHNER, J. E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. In: **Revista Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/>>. Acesso em 11 de jan de 2020.

A Formação Feminina nas Escolas Normais no Período Imperial

No final do século XIX as transformações sociais advindas com a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, o rápido crescimento urbano e as mudanças econômicas provenientes disso trouxeram como consequência a necessidade de elevar o nível de instrução da população⁴⁴. A educação escolar passou a ser incentivada e o número de alunos nas escolas cresceu. Com isso a demanda por professores também aumentou, abrindo mais espaço para a presença das mulheres na educação escolar.



A formação obtida nas Escolas Normais foi de fundamental importância para que o sexo feminino atingisse níveis mais elevados de instrução, contribuindo para sua luta pelo acesso

à trabalhos mais dignos e mais bem remunerados⁴⁵. Além disso, ao frequentarem a Escola Normal, as mulheres tinham a oportunidade de receber reconhecimento intelectual e com isso conquistar um maior prestígio social, econômico e político¹³.

Fatores que Estimularam o Aumento do Ingresso das Mulheres nas Escolas Normais e no Magistério Primário Durante o Período Imperial

Alguns fatores foram propulsores no processo de busca das mulheres pela formação profissional docente e, consequentemente, de sua inserção no magistério primário, o que em fins do século XIX e início do século XX resultou em sua supremacia tanto nos bancos escolares, como alunas, quanto nas cadeiras do magistério, como professoras.

Um desses fatores foi **o discurso de que a mulher era a educadora natural da infância**. Embora ainda houvesse algumas desaprovações quanto presença feminina nas salas de aula, a aceitação das mulheres no magistério foi tornando-se cada vez maior devido à associação da professora com o papel de mãe. Sua natureza dócil e maternal faziam das mulheres vocacionadas para a tarefa de instruir a população⁴⁰.

PARA PENSAR:

A profissão de professor de educação infantil e ensino primário ainda é vista como vocação feminina e associada com características maternais?



A habilitação para atuar como professoras nem sempre era o objetivo primordial das moças que adentravam às Escolas Normais. Muitas delas viam a formação para o magistério como um aperfeiçoamento ao papel de esposa e mãe de família, pois estudando nessas escolas elas teriam acesso a conhecimentos que até então eram reservados aos homens²¹.

Além disso o magistério também era tido por muitas moças como uma boa alternativa a um casamento forçado ou as profissões menos prestigiadas, como costureiras, governantas e parteiras, por exemplo. Era uma atividade que permitiu adquirir conhecimentos e certa liberdade pessoal².

O aumento da frequência feminina na educação escolar e a implantação das Escolas Primárias mistas na segunda metade do século XIX, também colaboraram para o aumento do número de mulheres no magistério no Brasil.

Com o projeto de expansão do ensino houve o aumento da quantidade de Escolas Primárias e cresceu a frequência de meninas nessas escolas, o que exigia uma maior presença de professoras⁴⁰. As questões morais da época indicavam que as aulas para meninos deveriam ser ministradas por professores homens e para as meninas deveriam ser dadas por mulheres².

Isso ocorreu até o estabelecimento da coeducação, quando passou-se a implantar turmas mistas de ambos os sexos², o que também desempenhou um papel importante no aumento das mulheres nas Escolas Normais e no magistério primário. Era aconselhável que mulheres assumissem a regência dessas turmas, pois elas eram educadoras naturais da infância.

Isso se explica porque a mulher, em casa, ao exercer seu papel de mãe educadora, era a responsável pela orientação tanto dos meninos quanto das meninas, logo seria próprio que ela assumisse a cadeira de professora quando se tratasse da coeducação dos sexos¹⁵.

Além disso, a preferência dada ao sexo feminino para reger as aulas em turmas mistas explica-se, também, pelo fato de a professora, naquela época, não ser vista como um problema quanto a sexualidade. Surgiu um ‘estigma da professora assexuada’, de mulher ‘solteirona’ que dedicava sua vida exclusivamente ao magistério e que tinha seus alunos como filhos³⁸.

PARA PENSAR:

Ainda existem nos dias de hoje estigmas relacionados à profissão de professor?



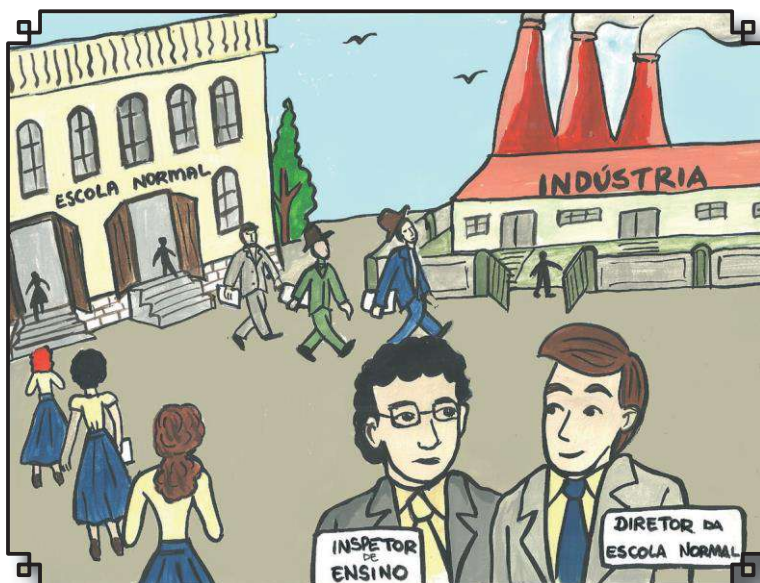
Um terceiro ponto que colaborou para o crescimento do percentual de mulheres nas Escolas Normais e no magistério no século XIX foi **que os homens passaram a se afastar da profissão de professor primário.**

Ao mesmo tempo que aumentava a importância feminina na educação os homens foram afastando-se das salas de aula e passaram a procurar ocupação em cargos administrativos da estrutura escolar, ocorrendo assim uma recondução para outras funções neste sistema³, como diretores, inspetores e responsáveis por estabelecer políticas educacionais¹⁵.

Naquele período a profissão de professor primário não tinha um bom reconhecimento econômico. O processo de industrialização e urbanização que ocorria no final do século XIX ampliava as possibilidades de trabalho masculino com profissões vedadas às mulheres e, inclusive, melhor remuneradas. Assim os homens passaram a buscar melhores oportu-

nidades e foram, aos poucos, deixando de ocupar a função de professor primário².

Além disso também colaborou para diminuir a entrada dos homens à essa profissão a associação de atributos femininos e da maternidade à função de professor primário. Isso mudou o imaginário social da época, que passou a considerar a carreira da docência como mais feminina do que masculina².



Outro fator que colaborou para fortalecer o ‘acolhimento’ das mulheres à profissão de professoras primárias, foi o **discurso que as identificava como mão de obra barata e disponível**⁴⁹. A ideia da professora como vocacionada à atividade do magistério fez com que a remuneração da profissão, que já era baixa, reduzisse ainda mais ³⁸.

Mas teria mesmo sido a entrada das mulheres na profissão de professoras primárias que fez com que os salários da profissão fossem reduzidos?

Existem duas opiniões distintas sobre isso:

1ª → A primeira opinião argumenta que por algum tempo as professoras eram contratadas por salários inferiores aos dos homens. Isso porque na época a função de professora era associada como algo natural ao sexo feminino e, por isso, atribuía-se um caráter menos profissional à docência exercida por mulheres, já que elas estariam desempenhando atividades que são próprias de sua vocação e que tem características do trabalho doméstico, que não era considerado trabalho produtivo e, portanto, não era remunerado. Desta forma justificava-se também a desvalorização salarial dessa profissão³⁸.



Além disso, a baixa remuneração concedida ao magistério se explicava também na ideia de que as mulheres, por não serem as principais provedoras das famílias, tarefa esta atribuída

aos homens, poderiam receber um salário menor, de caráter complementar⁴⁹.

Como na época não existiam muitas alternativas de emprego feminino, assumir a função de professora, mesmo que por uma baixa remuneração, era algo desejado por muitas mulheres, pois proporcionava independência econômica e, comparado a outras profissões, possuía um melhor status social¹⁵.

2ª → Uma outra opinião contraria as teses que argumentam que a desvalorização salarial da profissão de professor ocorreu pelo aumento do número de mulheres e as consequentes mudanças nas características da função. Esta defende que a categoria dos professores nunca foi bem remunerada, mesmo quando a profissão era de exclusividade do sexo masculino.



O trabalho de professor primário público, exercido por homens e mulheres sofreu um processo de desqualificação e desvalorização salarial pela lógica do capitalismo, segundo a qual as profissões que são ligadas diretamente às classes sociais mais baixas, como é o caso do magistério primário público, perdem seu poder aquisitivo, seu prestígio e seu poder político².

Mudanças Advindas Com o Aumento da Presença das Mulheres nas Escolas Normais e no Magistério Primário Durante o Período Imperial

O aumento numérico das mulheres como alunas das Escolas Normais e como professoras no magistério público em fins do Período Imperial promoveu muitas mudanças na formação e no trabalho docente. Estes incorporaram características femininas, reforçando atributos de amor, respeito, carinho e dedicação, que já eram presentes na profissão². O magistério primário passou a ser identificado com um perfil feminino.

As Escolas Normais encheram-se de moças e tornaram-se escolas de mulheres. Os cursos passaram a construir seus currículos, normas e práticas voltadas para as necessidades e concepções sociais do feminino¹⁸.

A ocupação das Escolas Normais pelo sexo feminino no século XIX representou a melhor forma de acesso das mulheres à atividade pública, fora do ambiente doméstico, ao qual permaneceram encerradas por tanto tempo³⁸.



Sendo professoras, as mulheres foram desempenhando um papel cada vez mais importante na educação das crianças e na emancipação da própria categoria feminina¹⁵. Essa emancipação e inserção social mais ativa do sexo feminino, possibilitada pela profissionalização no magistério, permitiu a elas colaborarem para a promoção de mudanças sociais e políticas na sociedade, lutando pela igualdade sexual e social, pela diminuição de preconceitos, agregando mais visibilidade e dando mais voz à classe feminina².

CONCLUSÃO

Seguindo os caminhos trilhados pelos ordenamentos políticos e econômicos vigentes, as Escolas Normais no Brasil, no Período Imperial, configuraram-se como a principal forma institucionalizada para formação professores primários no país naquele momento.

Foram impulsionadas pelos ideais iluministas europeus, pautaram-se em modelos estrangeiros de formação docente e foram permeadas de ideias e métodos criados fora do país. Mesmo assim refletiram as necessidades e condições nacionais do seu tempo.

Marcadas por interesses econômicos, políticos e por um projeto social de desenvolvimento do país, as Escolas Normais no Brasil Imperial foram um instrumento importante para promoção dos objetivos civilizatórios e disciplinadores almejados pelas classes que detinham o poder.

A formação docente proporcionada nessas instituições atenderam também as necessidades do mercado de trabalho em suprir a demanda por professores primários habilitados, que foram os responsáveis por formar os novos trabalhadores que as mudanças sociais, políticas e, principalmente, econômicas da época exigiam.

A precariedade de instalações, de infraestrutura e a escassez de mobiliário e materiais pedagógicos foram marcas presentes nas Escolas Normais no Período Imperial. Isso se deveu aos investimentos insuficientes por parte dos governos

nessas instituições, sendo reflexo das condições materiais do período e do direcionamento de prioridades políticas. Esse fator colaborou para intensificar as dificuldades quanto à prática educativa escolar e para a instabilidade que essas instituições viveram no período aqui tratado.

A época fortemente marcada pela moralidade e a ideologia religiosa repercutiu nos critérios estabelecidos para seleção de alunos a ocupar as cadeiras das Escolas Normais, e se refletiu nos currículos e conteúdos empregados na formação profissional de docentes nessas escolas.

As distinções sociais e discriminações vigentes no século XIX influenciaram nas instituições formadoras de professores à medida que parcelas da população como negros, escravos, mulheres e pobres eram, por meio de vários mecanismos, excluídas da educação escolar e a separação social dos papéis do sexo masculino e feminino também agiam como entraves para a educação.

Muitas transformações ocorreram no Brasil nos anos do Período Imperial. As necessidades impostas pelas condições sociais e econômicas promoveram alterações nos rumos e configurações da educação nacional e, com isso, das Escolas Normais. Houve a evolução dos currículos e práticas pedagógicas e a entrada massiva das mulheres na formação e na profissão de professoras, o que resultou em mudanças nas características do magistério primário.

Mesmo que na época existissem muitas distinções políticas, econômicas, sociais e físicas entre as regiões do país, as primeiras vinte e uma Escolas Normais do Brasil, implantadas nas Capitais das Províncias, compartilharam muitas características. Foram responsáveis pelo processo de substituição do

trabalho docente leigo pelo firmado em bases profissionais, fazendo-se meio essencial para a formação do quadro do magistério e para os rumos da educação nacional.

REFERÊNCIAS

1. ACCÁCIO, L. O. A Escola Normal que Virou Instituto de Educação: A História da Formação do Professor Primário no Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 231-246.
2. ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e Educação: a Paixão Pelo Possível**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
3. _____. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? A Feminilização do Magistério ao Longo do Século XX**. In: SAVIANI, D. *Et all.* O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2014. p. 55- 100.
4. ARAÚJO, M. M.; AQUINO, L. C.; LIMA, T. C. M. Considerações Sobre a Escola Normal e a Formação do Professor Primário no Rio Grande do Norte (1839- 1938). In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 201- 216.
5. ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. À Guisa de Um Inventário Sobre as Escolas Normais no Brasil. In: _____. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: Do Império à República**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 11- 28.

6. BLANCK MIGUEL, M. E. A Escola Normal no Paraná: Instituição Formadora de Professores e Educadora do Povo. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p.153- 172.
7. CASTANHA, A. P. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão- PR: Unioeste- Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.
8. CASTANHO, S. E. M. A Educação Escolar Pública e a Formação de Professores no Império Brasileiro. *In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas- São Paulo: Autores associados: HISTEDBR; Curitiba- PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Palmas- PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa- PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). 2004. p. 38- 63.
9. DIAS, M. H. Escola Normal de São Paulo do Império: Entre a Metáfora das Luzes e a História Republicana. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 82- 96.
10. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
11. FILHO, J. C. P. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. *In: _____(Org.). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005. p. 61- 74.

12. FILHO, L. M. F. Instrução Elementar no Século XIX. *In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil*. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 135- 150.
13. FREITAS, A. G. B.; NASCIMENTO, J. C. As Escolas Normais da Província: A Organização do Ensino Normal em Sergipe Durante o Século XIX. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 173- 186.
14. GOMEZ, L. G. F.; RAMOS L. M. P. C. Revisitando as políticas de formação de professores no Brasil (1827-1930). *In: Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, n.3, p. 130- 153. set.-dez., 2017.
15. HAHNER, J. E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *In: Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/>>. Acesso em 11 de jan. de 2020.
16. HILSDORF, M. L. S. A Escola Normal de São Paulo, Entre o Nós e o Outro. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 97- 112.
17. LOPES, A. P. C. Um Viveiro Muito Especial: Escola Normal e Profissão Docente no Piauí. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p.113- 130.

18. LOURO, G. L. Mulheres nas salas de aula. *In: PRIORE, M. D. (Org.). História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443- 481.
19. MARTINS, A. M. S. Breves Reflexões Sobre as Primeiras Escolas Normais no Contexto Educacional Brasileiro, No Século XIX. *In: Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 35, p. 173-182, set. 2009. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em 11 de jan. de 2020.
20. MELO, S. M. B. A. Percurso Histórico da Formação de Professores Para a Escola Primária no Maranhão: Império e República Velha. *In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa - Paraíba, 31/07 a 03/08/2012. Anais Eletrônicos. Disponível em: <<https://histedbrnovo.fe.unicamp.br>>. Acesso em 21 de ago. de 2019.
21. MOGARRO, M. J.; MARTINEZ, S. A. Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. *In: Sísifo- Revista de Ciências da Educação*, n. 11, p. 45- 54, jan.-abr. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12313>>. Acesso em 25 de jul. de 2019.
22. MORAES, C. S. V. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *In: Revista Brasileira de Educação [online]*. São Paulo. n. 15, p. 70-96. set.-nov. 2000. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 25 de jul. de 2019.
23. NASCIMENTO, E. F. V. B. C. Formação de Professoras no Instituto Ponte Nova. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 329- 343.

24. PEDRUZZI, J. S. A Escola Normal de Ouro Preto: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889). 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6515>>. Acesso em 25 de jul de 2019.
25. PEIXOTO, F. M. A Escola Normal Oficial de Pernambuco: A Inserção das Mulheres. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/>>. Acesso em 11 de jan. de 2020.
26. PRIORE, M. D. **Histórias e Conversas de Mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
27. ROCHA, L. M. F. A Escola Normal na Província da Bahia. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 49- 63.
28. ROSEMBERG, F. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.) **Novas Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 381- 408.
29. SÁ, N. P.; SÁ, E. F. Escola Normal de Cuiabá: Formar Professores Para Lapidar Almas. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 65- 79.
30. SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, G. S.; GIMENES, O. M. A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX. In: **XI Congresso Nacional de Educa-**

ção- EDUCERE 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 23 a 26 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://educere.bruc.com.br>>. Acesso em 24 de jul. de 2019.

31. SAVIANI, D. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. *In: Revista Educação- Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria.* Santa Maria- RS. V.30, n. 2, p. 11-26. 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em 15 de fev. de 2019.

32. _____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *In: Revista Brasileira de Educação.* V. 14 n. 40 jan.-abr.2009.

33. _____. Prefácio. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República.* 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017.

34. SCHUELER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *In: Revista Brasileira de História [online].* São Paulo- SP. V. 19, n. 37, p. 59- 84. Set. de 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

35. SILVA, M. G. L. P. A Constituição da Escola Normal do Ceará em Documentos Oficiais e no Discurso Jornalístico. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República.* 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 217- 230.

36. SIMÕES, R. H. S.; SCHWARTZ, C. M.; FRANCO, S. P. A Gênese, a Implantação e a Consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil:*

do Império à República. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 187- 202.

37. SOUZA, R. F. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XX, nº 51, novembro/2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000200002>. Acesso em 08 de ago. de 2019.

38. TAMBARA, E. A. C. Profissionalização, escola normal, e feminilização: Magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. In: **Revista História da Educação**. Pelotas- RS. V. 2, n. 3, p. 35-57, jan-jun de 1998. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>>. Acesso em 20 de set. de 2019.

39. TANURI, L. M. História da Formação de Professores. In: **Revista Brasileira de Educação- Universidade Estadual de São Paulo**. São Paulo- SP. nº 14, p. 61-193, maio-ago. de 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

40. UEKANE, M. N. Mulheres na Sala de Aula: Um Estudo Acerca do Processo de Feminização do Magistério na Corte Imperial. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 11, n. 1, p. 35-64, 2. sem. 2010.

41. VALDEMARIN, V. T.; PINTO, A. A. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. In: **Revista Educação em Questão**. Natal- RN. V. 39, n. 25, p. 163-187, set-dez 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/4018/3285/>>. Acesso em 18 de ago. de 2019.

42. VILLELA, H. L. **A Primeira Escola Normal do Brasil**. In: NUNES, C. (Org.). O Passado Sempre Presente: São Paulo. Cortez, 1992.

43. VILLELA, H. O. S. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. **ANPED: GT: História da Educação**. n. 02. Poços de Caldas: MG, 2003. Disponível em: <26reuniao.anped.org.br>. Acesso em 06 mar. de 2019.
44. _____. Normalistas Históricas, Professoras Comportadas: A Construção das Representações Sobre a Profissionalização da Docência Feminina no Século XIX. *In: Dimensões: Revista Histórica da UFES- Dossiê Gênero, Cidade e Cotidiano*. n.º 23, p. 67- 82, out de 2009. Disponível em: <[http://www.periodicos.ufes.br/?journal=dimensoes&page=article&op=view&path\[\]=2510](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=dimensoes&page=article&op=view&path[]=2510)>. Acesso em 26 de fev. 2019.
45. _____. O Mestre-escola e a Professora. *In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil*. 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica. p. 95-134, 2011.
46. _____. Do Artesanato à Profissão- Representações Sobre a Institucionalização da Formação Docente no Século XIX. *In: BASTOS, M. H. C; STEPHANOU, M. (Orgs.) Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol II: Século XIX*. 5. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2014. p. 104-115.
47. _____. A Primeira Escola Normal do Brasil: Concepções Sobre a Institucionalização da Formação Docente no Século XIX. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p. 29- 47.
48. WERLE, F. O. C. Escola Normal no Rio Grande do Sul, Século XIX. *In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do*

Império à República. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017. p.131- 152.

49. YANNOULAS, S. Feminização ou Feminilização? Aparentamentos em Torno de Uma Categoria. *In: Revista Temporalis*. Brasília- DF, ano 11, n. 22, p. 271-292, jul.-dez. de 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>. Acesso em 27 de jul. de 2019.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, p. 71, v. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em 12 de jan. de 2019.

MATO GROSSO. **Lei nº 8, de 05 de maio de 1837.** Estabelece novo Regulamento da Instrução Pública Primária na Província de Mato Grosso. Cuiabá, 5 de maio de 1837. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/legislacao/9736/visualizar>>. Acesso em 11 de jan. de 2020.

MINAS GERAIS. **Relatório Dirigido à Assembleia Legislativa Provincial de Minas-Gerais, na abertura da sessão ordinária do ano de 1843, pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa.** Ouro Preto- Minas Gerais. 17 de maio de 1843. Disponível em: <<http://dds-next.crl.edu/services/download/pdf/3739?from=000001&to=000085>>. Acesso em 22 de jun. de 2019.

PARANÁ. **Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867, pelo Presidente da Província Polidoro Cesar Burlamaque.** Curitiba-Paraná. 15 de março de 1867. Disponível em: <[85](http://dds-</p></div><div data-bbox=)

next.crl.edu/services/download/pdf/4188?from=000001&to=000139>. Acesso em 15 de jun. de 2019.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 10, de 10 de abril de 1835.** Cria a Escola Normal de Niterói- RJ. Niterói, 10 de abr. de 1835. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99970>>. Acesso em 22 de jun. de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Capistrano de Miranda Castro na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de março de 1848.** Porto Alegre- São Pedro do Rio Grande do Sul. 4 de março de 1848. Disponível em: <<http://ddsnnext.crl.edu/services/download/pdf/4534?from=000001&to=000068>>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 34, de 16 de março de 1846.** Dá nova organização às escolas de instrução primária e cria uma escola normal na Província de São Paulo. Coleção da Legislação Paulista. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139680>>. Acesso em 12 de jul. de 2019.

